

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: PESQUISA HISTÓRICA II



**A CULTURA DO ALGODÃO NO RIO GRANDE DO
NORTE NA DÉCADA DE 1970**

Leorivan Romão de Sousa

Natal/RN, 1996

Leorivan Romão de Sousa



A Cultura do Algodão no Rio Grande do Norte na Década de 1970

Monografia apresentada ao curso
de graduação em História no Centro de
Ciências Humanas Letras e Artes da
UFRN, como parte dos requisitos para
obtenção do Título de Bacharel
e Licenciatura em História.

Orientador: Wicliffe de Andrade Costa

Natal/RN, 1996

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	03
II - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ALGODÃO.....	05
1 - Importância do algodão.....	05
2 - O algodão nacional na Republica Velha.....	10
3 - O algodão no período entre guerras.....	18
4 - O algodão no período pós guerras.....	19
III - O ALGODÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	26
1 - Uma retrospectiva sobre a história econômica do Estado.....	26
2 - Década de 1970.....	28
a) Em termos de agricultura.....	28
a.1) Pequena safra, preço menor.....	28
a.2) Importância do binômio algodão/gado.....	30
a.3) Queda do dólar faz o nosso algodão subir.....	31
a.3.1) Modernização.....	32
a.3.2) No Seridó.....	33
a.3.3) Generalização.....	34
a.4) Final da década de 1970.....	35
b) A indústria têxtil nacional no Rio Grande do Norte na década de 1970.....	37
IV - CONCLUSÃO.....	40
NOTAS.....	42
BIBLIOGRAFIA.....	44

I - INTRODUÇÃO

Esse trabalho é uma monografia, referente à disciplina Pesquisa Histórica II. Trata-se de um estudo sobre a cultura do algodão no Rio Grande do Norte durante a década de 1970. Não é um estudo profundo, mas o suficiente para mostrar quanto o algodão foi significativo para o Estado nesta época. A importância desse trabalho é que não foi nenhum outro que fale especificamente sobre o assunto durante o mesmo período.

Começamos mostrando a importância que teve essa matéria-prima durante a Revolução Industrial na Inglaterra. Quando esse produto passou de um produto de subsistência, para ser cultivado em larga escala para as fábricas da Inglaterra. Brasil (o Nordeste) teve o seu primeiro surto explorador de algodão durante esse período.

O Nordeste que estava em crise com o seu principal produto, a cana-de-açúcar, começou a exportar o algodão. Essa região passou por dois grandes surtos exportador para o exterior. O primeiro como já falamos foi com a Revolução Industrial e o segundo foi com a guerra de Secessão dos Estado Estados Unidos da América que interrompeu as suas exportações por causa da guerra, dando assim oportunidade ao algodão brasileiro.

Terminando a guerra o Estados Unidos voltou novamente a exportar o seu algodão e o Brasil perdeu o seu espaço no mercado internacional. Perdendo o mercado externo o Nordeste brasileiro voltou-se para o mercado interno. Ou seja, passou a abastecer as fábricas do Sudeste, até que São Paulo passou a cultivar o seu próprio algodão. Quando isso aconteceu (São Paulo cultivou o seu próprio produto) o

Nordeste que já em marginal no mercado internacional, passou a ser também no mercado interno.

A partir daí o Nordeste está sempre em desvantagem em relação ao Sudeste, em termos de cotonicultura. Essa crise do Nordeste culmina na década de 1970 quando o Governo Federal fez incentivo fiscais para que os empresários do Sudeste investissem no Nordeste. Com esses incentivos veio uma avalanche de incentivos e o Rio Grande do Norte foi grandemente beneficiado com isso.

II - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ALGODÃO

1. IMPORTÂNCIA DO ALGODÃO

O algodão é uma planta cultivada em todos os continentes em função de sua importância como fornecedora de matéria-prima para indústria.

Segundo Prata (1) o algodão contribui com mais de 50% para indústria mundial de têxtil sendo por isso, a sua participação muito grande no comércio internacional.

Além da fibra o algodão produz: óleo para consumo humano, torta para consumo animal e a folhagem que é aproveitada como forragem para o gado bovino, principalmente no Nordeste do Brasil, através do pastoreio.

A cultura do algodão se localiza em 18 unidades da federação, sendo os estados de São Paulo e Paraná, no Centro-Sul e os estados do Nordeste, os principais produtores do país.

Na região Nordeste, mais especificamente no “polígono da secas”, o algodão se reveste de grande importância econômica e social, devido haver ambiente propício para seu cultivo.

Durante parte do período colonial, o algodão era cultivado para consumo interno. Mas com a revolução Industrial inglesa, desencadeou um processo acelerado de manufaturas têxteis e passou a exigir grandes quantidades de matérias-primas do algodão.

Esse fato fez com que a Inglaterra induzisse vários países a se tornarem grandes produtores dessa matéria-prima, como a Índia, Egito, Peru, Estados Unidos e o Brasil

(região nordeste). O Nordeste brasileiro pela primeira vez se integrou nesse mercado. Destacaram-se como grandes produtores o Ceará e o Maranhão. Sendo que no Maranhão a produção desenvolveu-se intensamente.

O algodoeiro mocó ou arbóreo é plantado principalmente no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí. Entretanto, pequena produção dessa fibra é obtida ainda nos estados da Bahia e Alagoas.

O algodoeiro mocó pertence à espécie *Gossypium hirsutum* L. Var *marie Galante Hutch*, apresenta-se normalmente como uma planta perene, pois produz economicamente por 4 a 5 anos.

No Nordeste este algodão é responsável de fibra longas e extralongas de excelentes qualidades tecnológicas.

A dispersão desse algodoeiro localiza-se nas seguintes regiões dos estados citados: Sertão e Seridó. sendo que o Seridó, mais que o sertão, é o ambiente ideal para sua ampla exploração, visto que nesta região ele exhibe as nobres qualidades tecnológicas de fibra que lhe são peculiares.

A variedade do algodoeiro, recomendado para o plantio pelos produtores são o seguintes:

- Veludo - recomendado para os estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Paraíba, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.
- Infaol - recomendado para o estado do Rio Grande do Norte.

O algodão é uma das plantas mais preciosas do Nordeste, e no Rio Grande do Norte foi o produto de maior valor depois do sal.

Em lugar nenhum o algodoeiro viaja tão maravilhosamente e se adapta tão fortemente as ingratas condições do solo, como no sertão, onde o algodão, disputa a primazia das fibras brasileiras.

É antiquíssimo o cultivo do algodão entre nós, remonta o tempo dos índios, cujas redes e outros artefatos eles fabricavam com a fibra de uma espécie por ele cultivada. O cultivo chegou a intensificar-se com o desenvolvimento da indústria têxtil.

Quem chegando a viajar em épocas propícias, haveria de ficar maravilhado com o algodoal sertanejo, vendo plantas carregadas de maçãs de algodão, vegetando nos mais pedregosos solos da região. Nas Várzeas o algodoeiro chegou em seu maior desenvolvimento. Ficaria ainda mais pasmado, se percorresse o sertão em épocas de seca, quando tudo ficaria grandemente seco, sem sequer um sinal aparente de vida; somente o algodão abrindo debaixo de um sol escaldante. “A bela floração amarelo creme de suas carolas, percursoras de escassas, mais seguras colheitas”. (2)

Há três forças poderosas impedindo a emigração do homem nas épocas calamitosas, desse parte do estado que são: O açude; o vazante do rio e o algodão. Quem tem um açude podemos dizer que está enriquecido, bem como um pedaço de leito de rio, não vai jamais abandonar o seu lar. Como já falamos a terceira força é o algodão, com a possibilidade de colheita mesmo na época de seca, pois o algodão mocó é para o povo sertanejo sempre uma fonte de renda, que só se abandona nas últimas circunstâncias.

No Seridó, cultivam-se duas espécies de algodão: o arbóreo e o herbáceo, com certeza por causa do grande desenvolvimento do primeiro e a relativa pequenez do último.

O algodoeiro popularmente chamado de arbóreo é o “*Gossypium vitifolium*”, também conhecido entre nós com o nome de “mocó”. O herbáceo, que chamam também de “semente verde” devido a coloração esverdeada da semente, é cientificamente chamado de “*Gossypium peruvianum*”.

Das duas espécies, a mais cultivada é sem dúvida, a melhor no conjunto de suas qualidades, é o “mocó”, que possui qualidade de fibra, quanto ao comprimento, resistência, aspecto pode-se fazer parelha com as boas variedades e espécie americana e egípcia.

No Brasil o algodão mocó é uma das melhores espécies, quiçá em todo mundo. “Faltam-lhe apenas os cuidados necessários a fim de serem melhoradas algumas desvantagens, que com uma seleção bem feita, logo hão de desaparecer”. (3)

O cultivo do algodão é feito de forma muito rotineira: quando o mato está em muito viço, cifra-se a plantação e algumas campinas. Não há uma poda regular e, principalmente, não há uma rigorosa escolha das sementes a plantar. Houve um tempo em que o mocó quase desaparecia completamente do sertão, tal a mistura de sementes que ali se davam; felizmente a força predominante do mocó é tao grande que conseguiu subjugar as outras espécies que para a sua zona foram transportadas. É um fato de observação diária entre os agricultores: planta-se um terreno de Várzea com algodoeiro diferente, e ao cabo de certo tempo; o algodoal está quase todo com fibras longas, tornando o aspecto do mocó.

A apanha do algodão era feita com a mistura de todas as sujeiras que se encontra por baixo do algodoeiro, chegando a depreciar em muito o aspecto da lã. Depois da apanha o algodão era colocado em depósitos sujos, em compartimento feito de parede de barro, passando depois a “bolandeira”(descaroçador arcaico, movido por

bois sonolentos) ou então por locomóvel mais moderno, que tem substituído por toda a parte a “bolandeira”.

O enfardamento que deveria merecer bastante cuidados, entre nós era muito mal feita. ultimamente as prensas modernas instaladas em Natal, vão reduzindo consideravelmente o tamanho dos fardos de algodão e melhorando o seu condicionamento.

Os municípios produtores , segundo estudos realizados pelo CEPA/RN são em número de 58. Sendo 49 produtores de algodão arbóreo, de fibra longa, e 15 produtores de algodão herbáceo. Existindo também municípios produtores dos dois ao mesmo tempo.

As principais micro-regiões produtoras de algodão no Rio Grande do Norte são:

TABELA 1 - MICRO-REGIÕES PRODUTORAS DE ALGODÃO

MICRO-REGIÃO	ALGODÃO ARBÓREO	ALGODÃO HERBÁCEO
Serrano norte-rio-grandense	28%	10%
Borborema potiguar	24%	18%
Seridó	17%	-
Agreste potiguar	-	32%

Fontes: CEPA/RN. Escoamento da produção de milho e algodão e sistema de transportes rodoviário do Rio Grande do Norte. Natal: [s.n.], 1980.

No estado o algodão foi um dos principais produtos cultivados. Chegou a participar com 30% da renda do setor agrícola, proporcionando um amplo mercado de trabalho, chegando a absorver mais de 50% da mão-de-obra agrícola do estado. Apesar da grande importância, a cultura ainda apresentava uma baixa produtividade, sendo uma das menores do nordeste do país.

“A EMATER/RN, em colaboração com o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, instalou algumas unidades de observação, objetivando determinar cultivares do algodão herbáceo, produtivos e adaptados as condições climáticas das regiões produtoras. Através de demonstração aos produtores de cultivares herbáceo mais produtivos, em relação aos do algodão verdeão”. (4)

2. O ALGODÃO NACIONAL NA REPÚBLICA VELHA



Segundo Takeya a economia brasileira na República Velha em termos de produção historiográfica apresenta inserido tanto em uma análise mais ampla, que vai além de 1889-1930, como no que se refere ao seu próprio período. (5)

Tais análises centralizam em duas temática básica: a primeira trata das relações da economia brasileira, com a economia mundial, quando “o comércio exterior, as finanças e os investimentos estrangeiros são os principais pontos enfocados. Teoricamente as razões de ser dessa temática, está no fato de que a economia brasileira é uma economia de exportação, fundada pela expansão do capital mercantil europeu, e sua evolução é vista dentro do contexto do capitalismo em escala mundial” (6). A segunda temática diz respeito ao “binômio cafeicultura - industrialização”, levando em conta as transformações estruturais internas que ocorreram na região sudeste,

especialmente São Paulo, “embora não perca de vista a permanência da condição periférica da economia brasileira como um todo” (7).

Pensando o problema em termos regionais é que a predominância dessas duas temáticas, especialmente da segunda, torna o Sudeste uma região privilegiada em termos de produção historiográfica sobre a economia brasileira na República Velha, enquanto que sobre outras regiões pouco ou quase nada se escreve no mesmo período. Há na realidade uma grande lacuna nos estudos historiográficos e econômicos dessas demais regiões.

Quando, por exemplo, se faz referência ao Nordeste, trata-se apenas dos engenhos, das usinas e dizem: “o Nordeste é açucareiro”.

Essa tendência historiográfica encobre a importância que uma outra cultura teve na estruturação dessa região, que foi o algodão.

O Nordeste é uma região que historicamente se caracterizou como área algodoeira e não somente açucareira. O marco inicial dessa caracterização teve lugar quando ocorreu o primeiro surto exportador do algodão brasileiro, estimulado pela Revolução Industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII. Pois o Nordeste tornou-se nessa época a segunda área produtora exportadora do país.

O segundo surto exportador do algodão brasileiro para o mercado mundial, ocorreu na década de 1860, por motivo das interrupções das exportações americanas, causada pela guerra de secessão.

Por muito tempo, até os anos de 1940, o Nordeste permaneceu como área de concentração do algodão, frente as demais regiões brasileiras.

No Nordeste, o algodão se consolida como cultura daquelas áreas mais secas, que são exatamente a maior parte desse mesmo espaço nordestino.

Enquanto se tinha a zona da mata, que se constituía 18,2% de toda a área nordestina o reduto da cana-de-açúcar, o agreste e o sertão era exatamente a área por excelência do algodão, além de termos uma visão de limites físicos-espaciais de uma e outra cultura, também os limites que inclinam a importância do algodão no quadro da economia regional.

ALGODÃO E MERCADO INTERNO

Alguns dos mais conhecidos e consagrados estudos que trata do tema da industrialização brasileira, embora cheguem a apresentar análise e interpretação divergentes, segundo Takeya, coincide em alguns pontos (8).

O primeiro desses pontos é o da delimitação que marca o início do processo de crescimento da indústria no Brasil. E assim os anos de 1880 são apontados como aqueles, a partir dos quais se instala o processo de industrialização no país.

Um segundo ponto em comum entre os diferentes estudos, trata-se do problema de localização especial dessa industrialização. Coberto com o setor cafeeiro, o setor industrial surge e se forma na região sudeste do país, com concentração acima de tudo, no Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, nas Minas Gerais e em São Paulo.

Um terceiro ponto de convergência das análises é o que trata da importância do setor têxtil, na origem do processo de industrialização no país. É apontado, a indústria de fiação e tecelagem, como um dos primeiros setores a consolidar-se.

O algodão nacional que era produzido principalmente no Nordeste, fora desalojado gradualmente de sua posição no mercado mundial, pela concorrência de outros países produtores no último quartel do século XIX. A década de 1860, chegou a marcar o grande e último surto exportador do algodão do Brasil para o mercado externo, no longo período que se estende até a década de 1930. Durante esses setenta

anos essa exportação nunca chegou a cessar de todo, apesar de ser insignificante, no valor total das exportações do país.

Mas a possibilidade de abastecer a indústria têxtil em expansão no Sudeste significou uma alternativa de mercado para permanência da cultura do algodão como o setor agrícola de peso na economia da Região Nordeste.

A partir do ano de 1880, as relações que se estabeleciam, entre a produção algodoeira nordestina e a indústria têxtil nacional, chegaram a ser consolidadas cada vez mais.

O consumo interno do algodão chegou mesmo a se fazer em detrimento das exportações para o exterior. Ao chegar o fim da primeira década do século XX, a produção pernambucana por exemplo, se dirigia, de preferencia as fábricas têxteis e de fiação do Sudeste. De maneira que só era exportado para mercado mundial a quantidade que não desse para ser consumido internamente.

Em relação aos estados brasileiros produtores/exportadores sua participação em termos de porcentagem, no total das exportações do Brasil era: Pernambuco 40%, Paraíba 26%, Ceará 10%, Piauí 8%, Rio Grande do Norte 8%, Alagoas 7%, cabendo o restante aos demais estados.

Era vantagem para economia nacional , processar o algodão aqui, evitando importar tecidos, cuja matéria-prima era produzida aqui mesmo.

Mas, apesar disso esteve sempre presente a possibilidade de se conquistar para o Brasil uma posição de destaque, entre os países produtores de algodão no mercado mundial, mediante o melhoramento da qualidade da produção nacional. Foi defendido esse ponto de vista, por ocasião da primeira conferencia sobre o algodão, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1915, por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura.

Encontrava-se respaldo para a possibilidade de aumentar a produção brasileira, visando aos consumidores estrangeiros (europeus); pois o aumento da procura de algodão era progressiva no mercado mundial.

A Grã-Bretanha por exemplo, principal importador do algodão brasileiro, recebia dos Estados Unidos da América 80% do algodão consumido em suas fábricas, no começo do século XX. O restante vinha de suas colônias: Índia Inglesas e Egito.

Essa dependência da Grã-Bretanha do algodão americano, foi um tanto nefasta quando surgiu o desenvolvimento da indústria têxtil americana, que implicou no consumo de algodão produzido no próprio país. Isso gerou uma crescente escassez de matéria-prima na Europa.

Por causa da qualidade inferior da fibra brasileira, o país foi impedido de responder positivamente a demanda internacional de algodão. Dessa forma a exportação brasileira para o exterior era em índices insignificantes.

Por outro lado, havia uma indústria nacional que no seu processo de crescimento técnico começara produzindo tecidos de qualidade inferior. Esse tipo de tecidos chegava a adequar também com um algodão de baixa qualidade.

Dessa forma existiam ao mesmo tempo, um mercado externo crescente de algodão de boa qualidade e um mercado interno também carente, em crescimento e pronto a consumir um algodão, cujas técnicas de cultivo e beneficiamento faziam-no ser de baixa qualidade.

Tendo sido um dos primeiros a desenvolver-se e a consolidar-se, o setor têxtil no Brasil, se expandiu-se quase simultaneamente pelas diferentes regiões. “Isso significava que por um lado a indústria têxtil de diferentes estados igualavam-se em

importância e, por outro, a produção e o consumo estavam restritos, ambos a uma mesma área” (9).

Mas quando se iniciou o processo de concentração industrial no sudeste houve uma alteração nesse quadro.

A supremacia dessa região Sudeste, já era indiscutível em 1907, como chegam a demonstrar os dados do recenseamento industrial desse ano. A área do Rio de Janeiro, com a inclusão do Distrito Federal, concentrava o maior número de fábricas e o mais alto valor da produção. A preponderância do Rio de Janeiro/Distrito Federal no que se refere à indústria de fiação e tecelagem, passou a alternar-se paulatinamente entre os anos de 1905 e 1920, quando o estado de São Paulo se sobrepôs a todos os demais estados. Esse grande crescimento da indústria têxtil paulista estava inserido num processo mais amplo, o qual era o crescimento de todo o parque industrial do estado de São Paulo nesse período referido.

Paralelamente a esse processo de concentração industrial na região Sudeste, surgiu uma diversificação e um aperfeiçoamento da produção têxtil que colocou essa região em condição de competir com sua concorrente inglesa que dominavam então a faixa de maior poder aquisitivo do país.

“Dentro desse processo de evolução da indústria têxtil algodoeira nacional, o Nordeste entrou em descompasso frente ao Sudeste, embora essa região tivesse participado de condições senão idênticas, pelo menos, semelhantes. Desse modo em 1907, havia no Nordeste - aí incluindo-se Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte...”(10); “um total de 38 fábricas, número que quase igualava-se ao de Minas Gerais tomada isoladamente, que contava com 36 unidades

fabris. O valor total da produção nordestina nesse ano, foi inferior ao do estado de São Paulo, também tomado isoladamente, ou seja, 31.015 contra 44.990 mil réis”(11).

Excetuando-se a Bahia, no nordeste, o mais importante centro têxtil era o de Pernambuco. Esse estado pernambucano, embora não tivesse um número de fábricas maior que os outros estados da mesma região, como Ceará e Alagoas, a sua produção era superior aos demais estados do Nordeste, chegando a ser próximo da Bahia. Nos anos de 1890, a indústria têxtil pernambucana teve grande impulso e deu os primeiros passos na busca de conquistar o mercado regional exportando tecidos.

Entretanto, essa expansão dos produtos pernambucanos, teve de enfrentar a concorrência dos produtos vindos do Sudeste que exatamente nesse período começava a conquistar o mercado nordestino.

Ao estímulo causado pelo desenvolvimento da indústria têxtil do Sudeste, houve uma resposta da cotonicultura nordestina. Com o fim da primeira década do século XX, a preponderância do mercado interno sobre o externo era um fato incontestado. “O consumo interno do produto era crescente e garantiu então mercado para quase toda a produção”(12). Por exemplo, entre os anos de 1890 e 1915, o parque têxtil paulista, quase triplicou sua importação de algodão, passando de 27.781 toneladas para 63.514 toneladas.

A exportação do algodão da região Nordeste, para os estados do Sudeste, fazia parte do chamado comércio de cabotagem, ou seja, o comércio marítimo interestadual. A falta no Brasil de dados estatísticos regulados e precisos, referente a esse período de 1889 a 1921 quanto a esse intercâmbio, dificulta, grandemente qualquer pesquisa que envolva esse tema.

O problema torna-se ainda maior, quando se refere a estados nos quais não se faziam registros sistemáticos e criteriosos sobre o movimento de importação e exportação de mercadorias, como é o caso do Rio Grande do Norte.

Dessa forma, é grandemente difícil discernir com exatidão dentre o total de exportação anual de algodão desse estado, qual a parcela que se destinava ao mercado externo e o que se destinava ao mercado interno.

Apesar disso ainda que os dados à disposição sejam poucos, lacunosos e encontrados de forma dispersa, nas fontes disponíveis, é possível ter uma idéia aproximada da relação entre a exportação de algodão para os portos estrangeiros e nacionais. Por essa fonte, podemos concluir que entre o anos de 1900 e 1920 o algodão saído do estado com destino aos portos brasileiros foi sempre, tanto em quantidade quanto em valor, aquele que se dirigia para o exterior.

É preciso considerar, entretanto, que parte desse algodão que dava entrada no porto do Rio de Janeiro era daí embarcado pela Estrada de Ferro Central do Brasil com destino às fábricas de São Paulo.

A alternativa que surgiu para cultura do algodão do Nordeste pela expansão do mercado interno, constituído pela a indústria têxtil nacional gerou vínculo de dependência entre os dois setores.

O nível de dependência das fábricas do país, em relação à matéria-prima fornecidos pelos estados do Nordeste, pode ser aquilatados pelas conseqüências da praga e da seca ocorrida em 1914 - 1915. Nesta época foram destruídos 2/3 da produção nordestina, gerando o fechamento de fábricas por falta de matéria-prima.

Foi nessa época que os Estados Unidos da América, um grande produtor de algodão mundial, viram uma oportunidade de conquistar o mercado brasileiro. Na

primeira conferência algodoeira, foi denunciada a entrada livre do algodão americano e os conseqüentes prejuízos que poderiam daí advir sobre a economia nordestina. A tentativa americana foi frustrada, mas permaneceu o problema da garantia de abastecimento para indústria têxtil do Sudeste.

Foi após essa crise de escassez dos anos 1914 a 1916, que o estado de São Paulo iniciou o processo de expansão de sua lavoura algodoeira. O primeiro grande salto da cultura do algodão paulista, aconteceu após a geada de 1918 que, destruindo os cafezais, incentivou a cotonicultura do estado. A partir de então, e mediante avanços e recuos, a produção paulista cresceu até que nos anos trinta, São Paulo foi alçado à posição de principal produtor do país.

E foi desse modo que a região Sudeste deixou de depender do Nordeste. De modo que o Nordeste que era então, um produtor/exportador marginal no mercado internacional, passa a ser também no mercado nacional.

3. O ALGODÃO NO PERÍODO ENTRE GUERRAS

A partir de 1934 o Brasil aparece novamente entre os grandes fornecedores de algodão para mercado mundial. Isto se dá devido a conjuntura econômico-política internacional do momento: “a cisão dos grandes blocos imperialistas, de um lado, os Estados Unidos e o Império Britânico (grandes consumidores e que detinham o monopólio da produção) e de outro a Alemanha e Japão, grandes produtores também, mas sem produção própria”(13).

Os norte-americanos com sua política de valorização, Império Britânico com sua conferência em 1932 em OTTAVA (onde procurou reservar os mercados imperiais

à produção das manufaturas inglesas, mediante tarifas protecionistas, enquanto que o Japão em represália restringiu suas compras de algodão indiano), deram sinal de luta. A Alemanha e Japão procuraram outros fornecedores para sua indústria têxtil. A Itália nas mesmas condições torna-se satélite daquelas potências. O Brasil apresentava excelentes condições para aquele fim, devido a decadência da lavoura cafeeira, deixando grandes áreas disponíveis para nova cultura, como também o grande progresso técnico vivido pelo Brasil na época.

Este surto da produção algodoeira no Brasil foi provocado em parte pela imigração japonesa, que recebia de sua pátria (o Japão) amparo técnico, crédito, facilidades comerciais, pois o objetivo do Japão era obter o algodão de que necessitava para suas indústrias. Já a Alemanha tornou-se apenas o maior comprador do algodão brasileiro, com uma proporção de quase 60% de exportação do Brasil em 1935.

Apesar do impulso que a Alemanha e o Japão deram a produção algodoeira do Brasil, não excluíram outros grupos, como é o caso dos norte-americanos. Segundo Prado Júnior ninguém ignora, apesar de não haver dados oficiais para isso, que firmas americanas chegaram a controlar boa parte da produção de algodão no Brasil (14).

4. O ALGODÃO NO PERÍODO PÓS GUERRA

- A 'crise' Têxtil-algodoeira

O mercado brasileiro de fibras reflete as condições internacionais após a 2^a Guerra Mundial com a recuperação da indústria têxtil estrangeira, devido às inovações tecnológicas. O Brasil chegou a testar o obsolescência de seus equipamentos. Havia falta de condições de competir com preços internacionais.

Começa então a ficar claro, a necessidade de modernizar a indústria têxtil nacional, para que pudesse competir no exterior e atender à crescente demanda interna.

Para o Nordeste a questão era ainda mais grave, pois a situação do equipamento era inferior ao do Sudeste no momento em que este estava sentindo a necessidade de modernização.

Vejamos alguns dados: “o eixo Rio/São Paulo que detinha 56% dos fusos e Pernambuco apenas 6%. No que diz respeito aos fusos de ‘alta tiragem’ (que suportam maiores tensão e, conseqüentemente velocidade de trabalho maiores) 71% estava no Rio/São Paulo (1/3 do total dos fusos de suas empresas) e apenas 41% em Pernambuco (menos de 1/5 do total de fusos). Quanto aos teares, vê-se que 46% do total estava no eixo Rio/São Paulo e 8% apenas em Pernambuco. Considera-se ainda que em Pernambuco não tinha teares automáticos, estando esses somente na indústria do Sudeste. Na época esses teares utilizavam um tecelão para 13 ou 16 teares do mesmo modo que os teares comuns ocupavam um operário para cada 2 ou 3 teares. Daí a grande absorção de mão-de-obra da indústria nordestina, que empregava em média 2.550 operários por fábrica, contra 287 operários das fábricas paulistas.” (15)

Daí podemos ver que o grande número de funcionários por fábrica revela um equipamento mais antigo.

Com esses dados, não era sem razão que a polêmica entre os empresários do Sudeste e do Nordeste girava em torno de modernização. A idéia de modernização do nordeste defendida pelos empresários do Sudeste, feria os interesses regionais, pois isso significava competição no mercado nacional; e a alternativa de aumentar a jornada de trabalho em contrário também aos interesses do Sudeste. A indústria têxtil

entre as duas regiões estava organizada em imperfeita competição e a saída do Nordeste era a mais valia absoluta para poder concorrer com o Sudeste.

Quanto a matéria-prima utilizada na fabricação de tecidos (o fio de algodão) constituía uma limitação, pois esta dificultava a velocidade das máquinas. Mas com o aparecimento das fibras sintéticas no final da década de 50 esse problema foi resolvido. “Pois até então o aperfeiçoamento das máquinas se davam mais visando ao aumento da produtividade no trabalho, com o caso da fibra sintética foi possível elevar a produtividade das máquinas. De maneira que essa invasão tecnológica na indústria química, foi um avanço para a indústria têxtil.

Durante a primeira metade desse século XX não há indicação de que a indústria têxtil tenha se modernizado. O que vemos é que os equipamentos instalados no período de 1907 - 1913 é o mesmo existente após a 2ª Guerra Mundial. Só há registros da importação de teares automáticos no período de 1947 - 1953, quando as importações de equipamentos volta a ser favorecida. O total de equipamentos que entrou no Brasil para a industria têxtil recebeu a soma de todas as importações realizadas pelo setor anteriormente.”(16)

No início nem todas as firmas tiveram condições de arcar com os elevados custos de importação de equipamentos. Aliás, mesmo sendo reconhecida a necessidade de modernização ainda era possível as empresas operarem sobre bases antigas. As recentes melhorias possibilitavam a existência de varias idades de equipamentos constituindo assim níveis técnicos sucessivos.

A trajetória de crescimento da industria têxtil entre os anos de 1947 e 1962 foi interrompida com a crise da década de 1970.



O progresso técnico brasileiro começou a partir do período posterior à década de 1950, o qual chegou a se aproximar mais dos países industrializados.

No final dos anos de 1970, mais ou menos a partir de 1968 foi que o Brasil começou a difundir uma tecnologia mais avançada na indústria têxtil.

As modificações ocorridas na idade dos equipamentos têxteis na década de 70 foram sensíveis. “Pelas estimativas do estudo da CEPAL, estariam funcionando no país em 1960 cerca de 3.610 fusos e 95.000 teares, quanto que segundo o trabalho da UNIDO esses números teriam caído para 2.930 fusos e 80.500 teares em 1970.”(17) Considera-se que o processo de modernização não se manifesta apenas pela redução da idade das máquinas, mas pela diminuição em número absoluto de máquinas. Considera-se que de 1964 a 1973 o consumo brasileiro de fibras têxteis aumentou em 84,9%, passando de 339,4 mil toneladas para 625,7 mil toneladas. Todas as fibras naturais, celulóticas e sintéticas, “tiveram um consumo expandido em termos absolutos.” (18)

As empresas brasileiras na época (1964 a 1973) se defrontam com vários problemas em termos de competição. Dessa maneira as empresas vêm-se obrigadas a combinar os mais variados instrumentos de competição. Em áreas recentes os instrumentos mais utilizados eram:

- a) Criação de vendedores próprios, subsidiários de vendas, períodos determinados de lançamento de novos produtos, assistência técnica de vendas a cliente, etc;
- b) Consolidação de canais permanentes de exportação, manutenção de representantes exclusivos em outros países, criação de centrais de exportação, etc;
- c) Regionalização de certas parcelas da produção;

- d) Especialização de certas faixas de consumo procurando criar “marcas” tradicionais ou abrir novos mercados (brim, Coringa, lençóis Santistas, Toalhas Artex, Tapetes Tabacow);
- e) Integração Vertical: criação de firmas associadas no ramo de confecções e até mesmo de beneficiamento de algodão. (19)

“Assim, era possível que uma grande empresa do ramo continuasse competindo com as empresas modernas desde que adotasse outras saídas no plano de mercado.”
(20)

Ora para as pequenas e médias empresas a adoção de novas técnicas era questão de ‘sobrevivência’. De maneira que as quebraadeiras de empresas nessa época em uma evidencia desse fato.

Se atentarmos para dimensão regional do processo de mudanças tecnológicas, o que observamos é um crescimento desigual da indústria têxtil regional.

A exigência de renovação do parque têxtil nordestino era inquestionável e essa questão foi objeto de pesquisa de órgãos regionais de desenvolvimento como o Banco do Nordeste do Brasil e a SUDENE. O primeiro plano diretor da SUDENE no programa de recuperação da indústria tradicional do Nordeste, já apontava o obsolescência do equipamento, considerando que na época ela tinha mais de trinta anos. O referido projeto apontava um amplo plano de recuperação da Indústria Têxtil do Nordeste.

Com o golpe militar de 1964, a SUDENE passou, através de incentivos fiscais, a financiar a expansão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, criando oportunidades para empresas sediadas no Centro-Sul a instalarem filiais no Nordeste.

O documento governamental distingue dois momentos da política regional para a indústria têxtil:

“O 1º período 1959/69:

- a) Reequipamento e modernização de parte do parque têxtil, com a redução do número de equipamentos de produtivos.
- b) Manutenção do volume físico de produção, porém a custos mais competitivos, em virtude da modernização.
- c) Diminuição de participação relativa na indústria têxtil brasileira e no confronto da indústria de transformação

2º período 1969/73

- a) Reequipamento, ampliação e implantação de várias unidades produtivas.
- b) Aumento da capacidade instalada e de sua participação na indústria têxtil regional
- c) Diversificação da produção da têxtil regional e provável aumento de sua participação relativa no consumo regional e no valor da produção deste gênero no Brasil.” (21)

Quanto ao 1º período a SUDENE conseguiu medir alguns índices como:

Produção de tecidos: 1959 - 300.000 metros

1969 - 309.500 metros

Consumo de algodão: 1959 - 59.270 toneladas

1969 - 59.000 toneladas

“No 2º período (1969/73), foram instalados mais 125.700 fusos, oriundos de várias unidades produtivas implantadas com a participação de incentivos fiscais. O Nordeste passou a contar, a partir de 1973 com 558.820 fusos, o que representou um incremento de 29% em relação ao número de fusos existentes em 1969. Com a

indústria têxtil nacional no Nordeste, o setor têxtil entrou em franca recuperação, embora continuasse a perder posição relativa no contexto da indústria de transformação. Entre 1969/72 cresceu a uma taxa anual de 9,5% enquanto a indústria de transformação cresceu 12,2% ?” (22)

As indústrias que aqui no Nordeste se instalaram, utilizaram equipamentos modernos, com alto índice da automação, utilizando assim poucas mão-de-obra e pouca matéria-prima (o algodão), devido o uso de fibras sintéticas, importadas inicialmente e depois produzida na Bahia.

A presença dessa indústria moderna na Região quebrou a indústria tradicional e tornou ainda mais crítico o mercado algodoeiro, resultando na grave crise têxtil algodoeira no início da década de 1970.

A SUDENE, por seu lado, continuava facilitando a entrada de grandes grupos nacionais na Região, chegando a criar inclusive, o chamado pólo têxtil do Nordeste que tinha como meta dois milhões de fusos em 1979. Esse programa cava atenção especial aos seguintes estados algodoeiros - Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Esses estados por sua vez criavam condições para extrair esses investimentos, e travando uma verdadeira guerra nas negociações com os grupos que estavam dispostos a instalar filiais têxteis aqui no Nordeste.

Em se falando da distribuição espacial desses investimentos no período de 1960/75 (antes do Pólo Têxtil) o Rio Grande do Norte já estava em segundo lugar com 14,6% , perdendo apenas para Pernambuco que tin ha 46,3%.

III - O ALGODÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1. UMA RETROSPECTIVA SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA DO ESTADO

Numa retrospectiva sobre a história econômica do Rio Grande do Norte, vemos uma peculiaridade em relação as demais províncias do Nordeste. Enquanto que outras províncias como Pernambuco, teve o açúcar como o seu principal produto, no Rio Grande do Norte foi a pecuária que vigorou até meados do século XIX. Somente a partir de 1845 quando ocorreu uma das maiores secas do Nordeste que dizimou grande parte do gado bovino, foi que o estado passou de criador para ser também agrícola. Com a decadência da pecuária surgiram duas culturas muito importantes - o algodão e a cana-de-açúcar.

É bem verdade que , com a eclosão do primeiro surto de algodão brasileiro em fins do século XVIII, ensaiou-se um cultivo de algodão do que aquela já feito ao nível da economia de subsistência. Fato revelador desta primeira experiência da cotonicultura integrada à economia de mercado foi a criação da Casa de Inspeção do Algodão em 1820, quando foi criada a Alfândega do Rio Grande do Norte. Enquanto superado o surto após aquela seca, foi o açúcar que, dentre as atividades agrícolas, passou a responder pela economia do estado. A situação crítica da pecuária constituiu um primeiro incentivo ao crescimento da atividade açucareira.

O incremento da exportação brasileira de algodão no período de sua febre, correspondeu no Rio Grande do Norte uma disseminação da cotonicultura. O crescimento da atividade açucareira entretanto não chegou a se interrompida.

Dessa forma no decorrer das décadas de 1850 e 1860. Houve uma composição dessas duas culturas agrícolas, ambas em plena atividade. Tal fato gerou um inusitada expansão da atividade comercial da província. Data dessa época, a fundação de várias casas comerciais que lidavam com os negócios de importação e exportação. Açúcar e algodão constituíam as principais mercadorias de produção do Estado.

A partir de 1872 com a grande seca que tornou a ocorrer em 1877 recuou a pecuária e o algodão, e o açúcar voltou a ter preponderância no quadro econômico da província.

A atividade açucareira foi beneficiada por uma série de inovações tecnológicas advindas do capital estrangeiro. No Rio Grande do Norte, essas inovações foram marcadas pela introdução do vapor do processo de beneficiamento e pelas primeiras tentativas de estabelecimentos de engenhos centrais, além dos primeiros contratos para a construção de estradas de ferro que favoreciam escoamento da produção.

O açúcar atingiu seu ápice nos anos oitenta. A partir daí declinou, seguindo uma tendência comum o todo açúcar brasileiro no final do século XIX. Após esse período só ganhou novo alento durante o período da 1ª Guerra Mundial.

O algodão não seguiu a mesma trajetória do açúcar, pois no fim da fase áurea da década de 1860, não significou sua estagnação ou retrocesso, ao contrário foi em anos posteriores que expandiu o cultivo dessa cultura por todo sertão norte-rio-grandense de uma variedade chamada - algodão mocó ou seridoense. Durante o período republicano o algodão passou a ameaçar a hegemonia da cana de açúcar na Zona da Mata. A

ameaça foi tanto mais favorecida quanto persistiu a crise açucareira. O algodão, cultura dominante no agreste, no sertão em processo de avanço sobre a Zona da Mata, foi portanto, progressivamente se impondo, em detrimento do açúcar, como o principal produto agrícola de exportação do Estado.

2. DÉCADA DE 1970

a) Em termos de agricultura

a.1 - Pequena safra, preço menor

Nos anos de 1969 e 1970 o algodão no Rio Grande do Norte passou por grandes dificuldades. O produto apresentou um baixo rendimento em consequência do empirismo das técnicas agrícolas, observando-se que os proprietários de terra mantêm a cultura por causa da cultura de subsistência consorciadas. Por outro lado a cultura algodoeira sempre fornece uma renda monetária certa, não despertando, entretanto no setor terciário da economia (os usineiros e os intermediários) a necessidade de inversões para melhoria da produção, ou do beneficiamento do produto.

No período de 68/69, a produção do Rio Grande do Norte alcançou um volume de 23.000 toneladas de algodão em pluma, prevendo-se para período 69/70 - cuja safra atingiu nesse período o auge - uma redução de 10% na produção total.

Assim a safra do produto não se apresentou como uma das melhores neste ano. Segundo produtores e compradores e entendidos no assunto as irregularidades das chuvas durante esse ano e outros fatores climáticos, além da tendência da queda da

produtividade, com que se vem deparando a cultura nos últimos 10 anos. Essa crescente queda da produtividade tem entre outras coisas, a preferência dos produtores de algodão herbáceo, de inferior rentabilidade e qualidade, preferencia essa que já chega a atingir tradicionais áreas de cultivo do famoso algodão mocó - o nosso melhor tipo. O algodão herbáceo compensa melhor o produtor dos custos com a cultura pelo rápido ciclo produtivo, desde a plantação até a colheita. No Estado, esse ciclo chega a 90 dias e que é um convite a que se plante algodão de fibra inferior, portanto a renda vem mais cedo ao agricultor, dando-lhe condições de saldar suas despesas e seus empréstimos feitos aos bancos. Ao contrário do algodão mocó que só a partir do segundo ano oferece rentabilidade.

Os Estados do sul, principalmente São Paulo e Paraná que apresentam uma produtividade do algodão herbáceo superior a 1.000 kg/ha concorrem juntamente contra o Rio Grande do Norte que apenas consegue uma irrisória taxa de 200 a 250 quilos por hectare.

O algodão em ramo nesta safra (1970) teve o seu preço oscilando em torno de Cr\$ 0,55, atingindo até Cr\$ 0,60, em alguns municípios. No estado os principais compradores do produto são: Samba Algodoeira, São Miguel, Nóbrega & Dantas, Alfredo Fernandes, Alsecosas, Tertuliano Fernandes, Theodorico Bezerra, Medeiros & Cia, Ferreira de Melo, entre outros.

Em documento apresentado ao recente encontro do algodão realizado em Natal em agosto de 1970, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte fez ver que a melhoria da produtividade e qualidade de nosso algodão poderia ser conseguida através de bonificações, oficialmente estabelecidas, pagas ao produtor, visando a redução dos custos de produção alegando que um hectare de algodão consorciado a

milho e feijão, entre nós custa, até atingir o tempo de sua colheita, a importância de Cr\$ 634,56 com a receita por hactare atingindo apenas Cr\$ 755.



a.2 - Importância do binômio algodão/gado

Tendo sua economia baseada fundamentalmente no setor agropecuário, o Estado do Rio Grande do Norte é entre as unidades federadas uma das mais dependentes dos fenômenos climáticos e, também das variações de preços dos insumos agrícolas.

De imediato constata-se a grande expressão econômica do algodão/gado. A importância desse binômio se conclui e se funda cada vez mais num elo de características marcadamente compensatórias, mormente quando se sabe que na pecuária onde o proprietário rural busca compensar as frustrações e adversidades emanadas da sua atividade agrícola.

Entretanto, com o transcorrer dos anos, as crises - sejam do sistema produtivo, sejam de preços que se abateram sobre a atividade agrícola, tendem cada vez mais, a distanciar o equilíbrio, provocando profundas repercussões na manutenção do status e na expansão da atividade pecuária.

- PREÇOS DOS PRODUTOS E INSUMOS AGRÍCOLAS

No estudo dos diversos fatores que compõe a problemática da agricultura potiguar, merece um destaque especial os preços dos produtos de insumos agrícolas.

Ao analisar a evolução dos preços do algodão em rama ou, em outras palavras, aqueles que são recebidos por determinados produtores, poderemos compreender o estado de descapitalização a que foi submetido o agricultor.

a.3 - Queda do dólar faz o nosso algodão subir

No ano de 1972 pode ter parecido inviável que a desvalorização do dólar norte-americano perante as moedas européias, vieram a beneficiar a agricultura norte-rio-grandense, mas isso foi um fato absolutamente possível. Se não entendíamos como ou porque as altas da cotação do dólar no intrincado mercado monetário pudesse influir, por exemplo, no preço do nosso algodão, isso é fácil de explicar: a última queda do dólar, hoje já fixada perante o marco, o franco, a libra, o yen, possibilitou, a partir de 1972, a exportação a melhores preços para o algodão do Seridó, nas vendas para a Europa.

É assim que pondera Francisco Seráfico Dantas, um dos donos do grupo NOBRANTAS (algodão, óleo, indústria têxtil, indústria química, etc.). Foi um dos homens mais otimista ligado a nossa agricultura com relação ao futuro do nosso algodão, pelo menos durante o ano de 1972.

A rigor todos os grandes agricultores norte-rio-grandenses anteviram bons negócios para o ano de 1972 dependendo, no entanto, da grande constante incógnita da estiagem. Esses bons negócios foram possibilitados por uma boa safra e pelas perspectivas de vendas. A safra prevista, principalmente pelos novos métodos de plantio e pelas facilidades de crédito que o governo estava oferecendo a partir dos 7% dos juros para os financiamentos através da resolução nº 175.

Para Djalma Medeiros, de Medeiros & Irmãos (Fazenda Seridó) “chovendo em condições normais haverá uma safra recorde de algodão em 1972 no Rio Grande do Norte, pelo menos na base de 30.000 toneladas”. E ele apontava a linha de crédito do

Governo Federal que possibilitava aos plantadores financiamentos ilimitados, desde que houvesse garantir cadastrais, tudo para pagamentos em cinco anos.

a.3.1 - Modernização

O problema da modernização no plantio do algodão continuou a ser solucionado, entre nós principalmente na Fazenda São Miguel. Charles Birch, um dos diretores da algodoeira São Miguel, sempre foi um entusiasta das experiências da adubagem química e em 1972 continuam com a fertilização dos terrenos a exemplo do que vem fazendo há alguns anos.

Na realidade, experiências de fertilização em pequena escala foi feita na fazenda São Miguel há vários anos e os resultados foram os mais favoráveis possíveis. Através dessa prática se tem concluído que a aplicação de fertilizantes aumenta a fertilidade por hectare desde que feitas em quantidades corretas e no período certo.

As aplicações de fertilizantes como experiência foram repetidas em 1971 em bases comerciais. Foram também em 1972. Em março, no início das chuvas, foi aplicado o Sulfato de Amônia (20%) na proporção de 400 quilos por hectare. No fim de maio a segunda aplicação.

Para Charles Birch, “não se pretende afirmar que a agricultura obterá um lucro excepcional por hectare, sabendo-se que existe despesas com podagem, limpa e podagem da safra, todavia com mesma quantidade de dinheiro gasto num sistema de plantio comum e com um pouco de energia gasta nas práticas agrícolas normais, ele poderá através do uso de fertilizantes, aumentar economicamente o seu rendimento por área cultivada.”

A prática de fertilizantes na Fazenda São Miguel foi executada anualmente começando exatamente durante o plantio do algodoeiro e acompanhando toda a vida da planta.

“O problema da quantidade de algodão foi bem estudado e razoavelmente resolvido durante as últimas décadas”- diz Charles Birch. “Chegou a hora de aumentar a produção por área, através do uso de fertilizantes e menores espaçamento.”

a.3.2 - No Seridó

Na Fazenda Seridó Djalma Medeiros plantou geralmente hectare de algodão. Em 1972, ia-se plantar 250, devendo começar justamente em fins de janeiro.

Nas primeiras 200 hectares foi utilizado o sistema de bosque intenso. Nos outros 50, que tiveram a assistência técnica da INFAOL (órgão do Estado responsável pelas experiências químicas nas plantações de algodão), ainda 10% de bosque intenso e o restante a critério do instituto. Em todos os plantios, no entanto, foram utilizadas sementes da própria fazenda Seridó, tendo sido esta uma exigência da firma no ato do convênio com a INFAOL.

Diz Djalma Medeiros que para implantar 200 hectares iniciais, inclusive prevendo despesas de desmontamento do terreno, seriam gastos Cr\$ 120.000,00 - dinheiro tomado emprestado do governo Federal através da resolução N^o 175.

Esse dinheiro poderia ser recuperado com o devido lucro para agricultor através de uma escala temporal de colheita de algodão, dependendo do inverno, do enraizamento do algodoeiro, da incidência ou não de pragas. Nos cinco anos de prazo que lhe determinou o Banco Central, para repor os Cr\$ 120.000,00 que foram

aplicados na sua fazenda em 1972 com juros de 7% ao ano, ele vai ter que depender do seguinte quadro de colheita e rendimentos, tudo na base hipotética dos preços de 1972 do algodão e na base da renda bruta:

1º ano -	200.000 quilos	Cr\$ 260.000,00
2º ano -	100.000 quilos	Cr\$ 130.000,00
3º ano -	100.000 quilos	Cr\$ 130.000,00
4º ano -	100.000 quilos	Cr\$ 130.000,00

No 5º e 6º a produção começa a declinar, por conta do envelhecimento do algodoeiro, e no último a plantação começa a ser erradicada, para ser implantada outra.

a.3.3 - Generalização

Voltando as perspectivas da safra de 1972 no Estado, notas-se que todos os plantadores estavam generalizadamente otimistas com relação a uma boa colheita. O senhor Francisco Serafim Dantas voltava a insistir na possibilidade de exportação e no seu entusiasmo chegava a citar a nova guinada na moda feminina de confecções que nos últimos tempos estavam deixando de lado os artigos sintéticos para se fixar no algodão. Isso ao lado do fato, acentuava ele, do seu governo está agora olhando para agricultura, incentivando e ampliando o cultivo do algodão arbóreo, com o financiamento a prazo longo e baixos custos, formam os grandes incentivos para plantadores.

O Dr. Milton Medeiros, do grupo Severino Arnaldo, que tem plantações principalmente no município de Parelhas, foi outro otimista. Enquanto manuseava os boletins de cotação das bolsas de Nova Iorque, ele sentia que “pelo menos nos

próximos três anos (1975) a situação do algodão, para exportação, seria estabilizada, dependendo agora de plantarmos e colhermos o suficiente para vender”. O que sem dúvida, estava sendo possível justamente por conta da abertura de crédito do governo Federal e das novas técnicas que também nas implantações do seu grupo estavam sendo experimentadas com êxito. O seu irmão Mauro Medeiros era conselheiro da INFAOL, um dos órgãos oficiais imediatamente interessados nas experiências químicas nas plantações do algodão do Seridó.

a.4 - Final da década de 1970

Até o final da década de 70, a economia do Rio Grande do Norte, era fortemente dependente da produção algodoeira. Todavia com a advento do “bicudo” houve uma redução acentuada dessa cultura, com reflexos negativos em todos os setores econômicos.

Diante desse quadro houve um esforço das instituições de pesquisas no sentido de encontrarem soluções para essa praga, de maneira que envolva técnicas que possibilitem o aumento da produtividade.

Alem das técnicas empregadas para controle do bicudo, desenvolveram-se cultivares mais precoces que apresentam floração mais concentrada, reduzindo as limpas e o numero de pulverização.

Foi planejados ações juntos produtores rurais, para que as áreas destinadas para cultivo do algodão, fossem introduzidas outras culturas alternativas como: gergelim e sorgo.

No período foi instituídas metas para reativação do algodão no estado, com produtividade elevada, com a introdução de matérias genéticas, recomendados pelos centros de pesquisadas, bem como introduzir culturas alternativas, utilizando áreas antes destinadas a cotonicultura.

METAS ESPECÍFICAS DO GOVERNO DO ESTADO

- Deflagrar uma campanha massal de incentivo ao algodão.
- Ampliar a área de cultivo do algodão herbáceo, em solos de boa fertilidade usando cultivares precoces.
- Razonear o plantio de algodão no Estado.
- Disciplinar o plantio ou poda e queima dos restos da cultura do algodão.
- Intensificar o cultivo de algodão herbáceo irrigado.
- Melhorar a eficácia dos órgãos de assistência técnica, intensificando a introdução de novas tecnologias mais econômicas.
- Intensificar a pesquisa com o algodão e culturas alternativas.
- Alcançar a auto eficiência na produção de sementes fiscalizadas das culturas do algodão, gergelim e sorgo.

O algodão mocó (*gossypium hirsutum marie-galante hutch*) no semi-árido brasileiro geralmente é plantado em consórcio com culturas de subsistência, principalmente com o caupi e o milho. Essa prática é grandemente usada pelos plantadores de algodão que adotam os mais variados sistemas de cultivo com o propósito de conseguir maior rentabilidade por área.

b) A indústria têxtil nacional no Rio Grande do Norte na década de 1970

O processo de industrialização do Rio Grande do Norte até 1970 mostra-se uma lenta evolução e o seu parque manufatureiro era formado especialmente por indústria tradicional e de pequeno porte. Essa situação chegou a se modificar na década de 70. Esses setores chegaram a ser modificados pela avalanche de investimentos que a indústria têxtil nacional realizou no Nordeste nos anos 70, arduamente disputados pelos governos locais.

A partir de então a indústria têxtil e de confecções foram significativos para economia do Rio Grande do Norte. Essa fase caracterizou-se pelo crescimento rápido, mas desordenado, apesar do esforço de técnicos do estado de planejar a expansão de forma integrada. O governo do Estado do Rio Grande do Norte em 1971 criava formalmente o “programa do parque têxtil integrado” cujos objetivos centrais eram:

- “- Substituições das importações de matéria-prima (tecidos) de outras regiões do país e das exportações de produções de produtos *in natura* (algodão e sisal) para exterior;
- Implantação de atividade industrial no Estado, de modo a reter dentro de seu próprio território os benefícios daí decorrentes; e
- Especialização setorial da economia secundária, com o seu conseqüente fortalecimento através de uma estratégia de integração.” (23)

Entre os efeitos quantitativos esperado pelo ambicioso programa estão a instalação de 3.000 450.000 fusos e teares e o consumo de 35.000 toneladas de fios poliéster. A relação algodão-sintético era portanto de cerca de 30%, quando sabe-se que na maioria das empresas hoje instaladas essa relação é de até 40% de poliéster.

A meta do programa e uma produção de 42.400 toneladas de fios mistos (algodão-poliéster), 31.000 metros de tecidos acabados e cru, 50.000 peças de confecções. de acordo com dados da Secretaria de Indústria e Comércio estadual, o programa alcançou em 1981 grande parte da produção prevista: 51% do número de peças de confecções, 36% do volume de fios e 25% do de tecidos.

Embora o parque têxtil integrado apresentasse, objetivo, metas e prioridades, o que tratava mesmo era de aproveitar as oportunidades de investimentos que se estava fazendo no Nordeste e convencer os investidores das vantagens oferecidas pelo Estado do Rio Grande do Norte como: matéria-prima abundante (algodão com fibra de boa qualidade) clima favorável, abundância de mão-de-obra e incentivos do governo além dos oferecidos pela SUDENE.

Como resultado dos investimentos nacional no Estado, o mesmo teve um grande desenvolvimento na sua industria têxtil. Só para ter uma idéia desse crescimento, basta dizer o seguinte: em 1969, o Rio Grande do Norte contava com 65 pequenas fiações e tecelagem (rede de dormir), que operavam 6.256 fusos (1,4% do Nordeste) e 78 teares (0,6% do Nordeste). A partir de 1976 o Estado mudou totalmente o seu perfil técnico-industrial, ampliando em 2.530%, no período de 1969/81.

Tomando como exemplo o Rio Grande do Norte, de que seria vantagem investir na região, devido a abundância de mão-de-obra e de matéria-prima de boa qualidade, se observa é exatamente o contrário. As transformações tecnológicas, como a associação de algodão de fibras inferiores com as fibras sintéticas artificiais, possibilitou a redução do consumo de algodão de fibra longa, conhecido como de melhor qualidade. Como exceção para fabrico de produtos como linha de costurar e tecidos finos.

Para o Nordeste, e particularmente para o Rio Grande do Norte (produtor de fibra longa), esse efeito gera dupla ação sobre o setor algodoeiro, dado a especificidade da fibra. À medida que essa indústria têxtil penetrava no Nordeste e no Rio Grande do Norte, desestruturava a produção regional têxtil (consumidora de fibra longa) e se implantava com uma base técnica poupadora de algodão potencialmente não consumidora de fibra longa. Isso significa dizer que, mantida a tendência de consumo de matéria-prima da indústria têxtil nacional, em termos relativos, a tendência é a de que o consumo de fibra de algodão seja decrescente também na região. Melhor dizendo, há indícios de que o parque têxtil, instalado no Rio Grande do Norte - “Terra do algodão”- esteja consumindo matéria-prima do Sudeste.

O algodão mocó, considerado pelos norte-rio-grandenses como ouro branco, caiu bastante de preços, quando a indústria sediada no próprio Estado, passava a importar algodão de fibra curta do sudeste por ser mais barato do que o próprio algodão de fibra longa do Seridó.

IV - CONCLUSÃO



Foi o algodão significativo para economia do Estado norte-rio-grandense na década de 1970? Sim. Como vimos no desenvolvimento desse trabalho, desde o primeiro surto exportador de algodão para Mercado Mundial durante as Revolução Industrial e o segundo surto durante a guerra de Secessão dos Estados Unidos da América, o algodão foi sempre importante para a economia norte-rio-grandense. Sendo considerado, portanto, como diz Denise Takeya, a mola-mestra da economia do estado.

Não é que a cultura do algodoeiro sempre esteve em plena prosperidade. Ao contrário, houve crise também, como ocorreu nos anos de 1980. O cultivo da cana e do algodão coexistiram em termos de graus de importância diferenciados.

Favoreceram o cultivo da cana, a queda dos preços do algodão a partir de 1872 e a grande seca de 1877, que fez recuar a pecuária como atividade produtiva de vulto, tendo atingido também o algodão, de forma que a cana passou a ter as preponderância no quadro econômico do Estado.

A exportação do açúcar atingiu o seu auge nos anos 80. A partir daí ela declinou seguindo uma tendência comum a todo o açúcar brasileiro do final do século XIX, que tendo de enfrentar a concorrência do açúcar de beterraba no mercado mundial, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, só ganhou novo impulso por ocasião da segunda Guerra Mundial.

Mesmo durante a década de 1970 o algodão passou por crises em termos de agricultura. O que distinguiu a década de 70, foram os investimentos vindos do Sul

para o Nordeste e mais especificamente para o Rio Grande do Norte, industrializando assim o Estado em termos de indústria têxtil, fazendo com que essa indústria se tornasse importante ou bastante significativa para economia norte-rio-grandense, ainda que com prejuízo do algodão em matéria de agricultura.

NOTAS

- (1) FRANÇA, Francisco Mavignier Cavalcante. Técnica de análise espectral univariada: aplicações aos preços de algodão. Fortaleza: BNB, 1990. p. 15.
- (2) DANTAS, Garibaldi J. Geografia econômica do Rio Grande do Norte. [s.l.] : [s.n.], [s.d.]. p. 65.
- (3) Id Ibid. p.66.
- (4) CEPA/RN. Escoamento da produção de milho e algodão e sistema de transporte rodoviário no Rio Grande do Norte. Natal: [s.n.], 1980.
- (5) TAKEYA, Denise Monteiro. Repensando a história econômica do Nordeste: a cultura do algodão no Rio Grande do Norte. In. Vivência. Natal: Ed. Universitária, 1984. p.67.
- (6) Id Ibid. p. 67
- (7) Id Ibid. p. 67
- (8) Id Ibid. p. 71
- (9) Id Ibid. p. 74
- (10) Id Ibid. p. 75
- (11) Id Ibid. p. 75
- (12) Id Ibid. p. 76
- (13) PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 276.

(14) Id Ibid. p. 277

(15) CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O maquinista do algodão e capital comercial. Natal: Ed. Universitária - UFRN, 1980. p. 171.

(16) Id Ibid. p. 174

(17) Id Ibid. p. 176

(18) Id Ibid. p. 178

(19) Id Ibid. p. 181

(20) Id Ibid. p. 181

(21) Id Ibid. p. 184

(22) Id Ibid. p. 184

(23) Id Ibid. p. 186

BIBLIOGRAFIA

- 1 - CEPA - RN. Escolha da produção de milho e algodão e sistema de transporte rodoviário no Rio Grande do Norte. Natal: [s.n.], 1980
- 2 - CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O maquinista do algodão e capital comercial. Natal: Ed. Universitária - UFRN, 1980
- 3 - DANTAS, Garibaldi J. Geografia econômica do Rio Grande do Norte. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]
- 4 - DUARTE, Moacir Soares. Crise do binômio algodão/gado na economia potiguar. RN econômico, V. 13, p. 1, maio -71
- 5 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Cultura do algodoeiro arbóreo. Campina Grande: CMPA, 1981.
- 6 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Gerência de algodão - cultura do algodoeiro. Natal, [s.n.], 1978
- 7 - FRANÇA, Francisco Mavignier Cavalcanti. Técnica de análise espectral univariada: aplicações aos preços de algodão. Fortaleza: BNB, 1990
- 8 - PEQUENA SAFRA, PREÇO MENOR. RN Econômico, n. 1, p. 1, nov. 1970
- 9 - PRADO JÚNIOR, Caio. Historia econômica do Brasil. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973

- 10 - QUEDA DO DÓLAR FAZ O NOSSO ALGODÃO SUBIR. RN Econômico. V. 3, n. 32, p. 22-23, 1972.
- 11 - SILVA, Alcir Veras de. Algodão e indústria têxtil no Nordeste: uma atividade regional. Natal: Ed. Universitária, 1981
- 12 - RIO GRANDE DE NORTE/ Secretaria de Agricultura. Programa de recuperação de algodão e culturas alternativas. (documento preliminar). Natal: [s.n.], [s.d.]
- 13 - TAKEYA, Denise Monteiro. Um outro Nordeste. O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BND, 1985
- 14 - _____ . Repensando a história econômica do Nordeste: a cultura do algodão no Rio Grande do Norte. In. Vivência. Natal: Ed. Universitária, 1984.